

MÚTUA DOS PESCADORES – MÚTUA DE SEGUROS, C.R.L

# PROPOSTA

---

RELATÓRIO DA DIREÇÃO E CONTAS DE  
2015



# Relatório da Direção

## 1. Enquadramento Económico

### 1.1. A economia portuguesa

Segundo o Banco de Portugal (BdP), no seu Boletim Económico de Inverno “as projeções para a economia portuguesa apontam para a continuação da recuperação gradual da atividade económica ao longo do período 2015-2017” (Quadro 1). “Esta evolução deverá traduzir-se num crescimento médio anual do PIB de 1,6 por cento em 2015, seguido de crescimentos de 1,7 e 1,8 por cento em 2016 e 2017, respetivamente, o que configura um dinamismo da atividade próximo do projetado pelo Banco Central Europeu (BCE) para a área do euro.”

Conhecemos também o que tem sido a este propósito o processo de preparação do Orçamento de Estado (OE) para 2016, naturalmente atrasado pela eleição de um novo governo, que tinha como objetivo um crescimento um pouco maior para 2016, mas que as exigências colocadas pela União Europeia (UE) vieram a travar, nomeadamente pela redução da taxa de crescimento do consumo.

Realçamos ainda desta análise do BdP a conclusão de que “a economia portuguesa continua a enfrentar um conjunto de desafios da maior importância. Por um lado, é crucial assegurar um aumento significativo da produtividade, bem como assegurar uma distribuição dos retornos do crescimento económico que contribua para um grau elevado de coesão social.”

Quadro 1.1 • Projeções do Banco de Portugal: 2015-2017 | Taxa de variação anual, em percentagem

	Pesos 2014	BE dezembro 2015			BE outubro 2015		BE junho 2015	
		2015 <sup>(a)</sup>	2016 <sup>(a)</sup>	2017 <sup>(a)</sup>	2015 <sup>(a)</sup>	2015 <sup>(a)</sup>	2016 <sup>(a)</sup>	2017 <sup>(a)</sup>
Produto Interno Bruto	100,0	1,6	1,7	1,8	1,7	1,7	1,9	2,0
Consumo Privado	65,9	2,7	1,8	1,7	2,6	2,2	1,7	1,7
Consumo Público	18,5	0,1	0,3	0,1	0,1	-0,5	0,2	0,0
Formação Bruta de Capital Fixo	14,9	4,8	4,1	6,1	6,2	6,2	4,4	6,0
Procura Interna	99,6	2,4	1,8	2,1	2,5	2,1	1,8	2,1
Exportações	40,0	5,3	3,3	5,1	6,1	4,8	6,0	6,4
Importações	39,7	7,3	3,6	5,6	7,9	5,7	5,5	6,5
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em p.p.) <sup>(a)</sup>								
Procura interna		1,1	0,9	0,9	1,1	1,1	0,7	0,8
Exportações		0,4	0,8	0,9	0,6	0,6	1,2	1,2
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		2,4	2,5	2,3	2,3	3,0	3,2	3,4
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		1,6	1,7	1,3	1,7	2,1	2,1	2,1
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		0,6	1,1	1,6	0,5	0,5	1,2	1,3

Fonte: Banco de Portugal.

Notas: (p) – projetado, p.p. – pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas.

(a) Os agregados da procura em termos líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias para satisfazer cada componente. O cálculo dos conteúdos importados foi feito com base em informação relativa ao ano de 2005. Para mais informações, ver a Caixa | “O papel da procura interna e das exportações para a evolução da atividade económica em Portugal”, *Boletim Económico* de junho de 2014.

Acompanhamos a posição da Confederação Cooperativa Portuguesa, CONFECOOP, que votou favoravelmente o parecer do Conselho Económico e Social (CES) sobre as Grandes Opções do Plano 2016-2019, aprovado no início de fevereiro/2016, onde nomeadamente se diz: “durante os últimos anos Portugal esteve, como é sabido, submetido a uma política

marcada por desvalorização dos rendimentos do trabalho e por cortes orçamentais que atingiram, em particular, as funções sociais do Estado, e que foi comumente chamada «política de austeridade». Na sequência da crise das dívidas soberanas que fustigou a zona euro e que, teve por efeito acentuar os desequilíbrios estruturais existentes a nível interno (nomeadamente quanto à expressão do défice orçamental), bem como as dificuldades de financiamento externo, Portugal teve que recorrer a ajuda externa para assegurar o financiamento da despesa pública, o que conduziu, como a generalidade dos indicadores mostram, a um empobrecimento do País, provocando uma quebra muito acentuada do investimento; um aumento exponencial do desemprego, que resultou em grande parte do encerramento de muitas empresas; e, também, uma diminuição do rendimento disponível da grande maioria das famílias portuguesas, nomeadamente, por via da redução dos salários e pensões e do aumento da carga fiscal, que provocaram um acréscimo dos níveis de pobreza e o acentuar das assimetrias e desigualdades do nosso País.”

E acrescenta: “Essa política teve por objetivo combater os desequilíbrios estruturais do País a nível económico e financeiro, através de medidas de austeridade violentas, tendo beneficiado do suporte doutrinário que tinha por base a convicção de que um «tratamento de choque» de curta duração seria virtuoso e permitiria, com alguns danos colaterais, reequilibrar num reduzido espaço de tempo as nossas contas públicas. Partindo do falso pressuposto que os problemas financeiros que enfrentámos eram essencialmente provocados por termos andado a viver “acima das nossas possibilidades”, apontava como caminho a seguir que o combate aos desequilíbrios estruturais se faria atuando sobre os níveis da despesa (quer pública, quer privada, sendo esta última realizada por via da redução do rendimento disponível dos portugueses e da contração do consumo). Contudo, a realidade do País mostrou-se pouco moldável a este receituário que, nomeadamente, subestimou o impacto negativo dele resultante sobre o crescimento económico e sobre o já fragilizado tecido produtivo do País e se mostrou, também, incapaz de prever o próprio efeito de uma inevitável recessão económica sobre o esforço exigível para consolidar as contas públicas. A dívida pública não só não foi estabilizada inicialmente como registou um aumento acentuado.”

Subscrevemos igualmente a conclusão deste parecer ao afirmar que “O CES quer destacar, por último, o que considera ser um fator determinante para o sucesso deste novo ciclo de governação do País. Ele remete para a coesão social e para o envolvimento da chamada sociedade civil, com particular destaque para os parceiros sociais, o movimento associativo em geral e, também, as múltiplas formas de expressão da participação dos cidadãos na vida coletiva do País. Porventura mais do que em conjunturas e contextos anteriores a forma como o Governo se empenhar neste propósito e o considerar não um mero exercício formal mas parte importante da solução dos problemas do País, é um critério decisivo.”

### **1.2. A atividade seguradora**

Os prémios emitidos no conjunto da atividade seguradora em Portugal em 2015 desceram (-11,6%), tendo o Ramo Vida descido (-17%) e o Ramo Não Vida crescido 3,5%, segundo os dados da Associação Portuguesa de Seguradores (APS).

Os Prémios tiveram um crescimento em Acidentes de Trabalho de 7,7%, em Acidentes Pessoais 3,7%, em Incêndio e Multirriscos 2%, em Automóvel 2% e desceram em Transportes Cascos (-6,9%). De notar a mudança de evolução no Automóvel que vinha perdendo em volume de prémios.

### **1.3. A Pesca**

Segundo os dados que a DGRM publicou no DAPATESCAS de set/2015 constatamos que as quantidades de pescado desembarcado aumentaram no período de janeiro a setembro de 2015, comparativamente ao período homólogo de 2014, 11%, tendo o preço médio descido (-6%), o que aponta para um crescimento do valor 4,4%.

Foi no Continente que as quantidades desembarcadas cresceram, 16%, tendo-se registado descidas de (-6,9%) nos Açores e (-28,4%) na Madeira. O comportamento dos preços variou

no sentido inverso em cada região e assim vemos que no Continente desceram (-8,6%), nos Açores cresceram 12,4% e na Madeira 25,6%, o que terá permitido que em termos de valores no Continente o crescimento fosse de 6%, nos Açores de 4,6% e na Madeira a descida não tivesse passado de (-10%).

Quadro 2 - Estimativa de Desembarques - Quantidades e valores												
Zonas	jan/set-2013			jan/set-2014			jan/set-2015			Variação 2015/2014		
	Quant.	Valor	Preço	Quant.	Valor	Preço	Quant.	Valor	Preço	Quant.	Valor	Preço
Aguas Nacionais	113.202,4	194.708,1	1,72	97.162,2	192.381,2	1,98	107.911,6	201.794,7	1,87	11,06%	4,89%	-5,56%
Continente	97.734,6	155.398,0	1,59	82.753,1	154.748,3	1,87	95.949,6	164.073,8	1,71	15,95%	6,03%	-8,56%
R.A.Açores	12.063,0	28.348,1	2,35	7.658,8	22.210,5	2,90	7.127,4	23.235,3	3,26	-6,94%	4,61%	12,41%
R.A.Madeira	3.404,7	8.818,2	2,59	6.750,3	14.513,1	2,15	4.834,6	13.053,4	2,70	-28,38%	-10,06%	25,58%
Espanha	172,6	693,9	4,02	93,2	509,8	5,47	92,5	445,9	4,82	-0,75%	-12,54%	-11,88%
Norte de África	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0	0,00	7,5	28,4	3,79			
<b>Total</b>	<b>113.375,0</b>	<b>195.005,0</b>	<b>1,72</b>	<b>97.255,4</b>	<b>193.538,2</b>	<b>1,99</b>	<b>108.011,6</b>	<b>201.981,7</b>	<b>1,87</b>	<b>11,06%</b>	<b>4,36%</b>	<b>-6,03%</b>

Embora não tendo explicação para a significativa mudança dos dados publicados em set/2014 e set/2015 sobre a Balança Comercial dos Produtos de Pesca referente aos anos de 2013 e 2014, partimos dos dados de set/2015 para construir o Quadro 3 e concluir que os saldos quer das quantidades quer dos valores se agravaram de 2014 para 2015.

Quanto à frota de pesca verifica-se uma redução de 62 unidades, das quais menos 58 no Continente, menos 1 na Madeira e menos 3 nos Açores.

Quadro 3 - Balança Comercial dos Produtos da Pesca jan/set									
	Entradas			Saídas			Saldo		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Quantidades	241.635,3	249.794,1	254.618,8	127.910,3	145.439,1	138.912,5	-113.725,0	-104.355,0	-115.706,3
Valor	1.061.650,6	1.130.451,3	1.288.626,5	593.455,7	631.781,0	709.857,2	-468.194,9	-498.670,3	-578.769,3

## 2. Análise Económica e Financeira

### 2.1. A Atividade da Mútua em 2015

O resultado líquido apurado nas contas de 2015 foi positivo em 330.857,67 € após impostos.

Realçamos, em 2015, a inversão da tendência de decréscimo de prémios que vínhamos sentindo desde 2010 registando um crescimento nos Prémios Brutos Emitidos de 2,8% em comparação com o ano de 2014.

Este crescimento manifestou-se em todos os ramos com exceção de Multirriscos.

Em termos de Custos com sinistros registámos um ligeiro desagramento (-0,4%) após resseguro.

Houve um agravamento no índice de sinistralidade global com destaque em Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Marítimo explicado pela ocorrência de sinistralidade grave com destaque para o naufrágio da embarcação "Olívia Ribau" que atingiu simultaneamente os 3 principais ramos e que vitimou 5 pescadores.

Durante 2015 registámos 6 acidentes mortais que atingiram os ramos de Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais, em comparação com as 4 mortes do ano anterior. Como sempre manifestamos aos familiares das vítimas o nosso pesar e a nossa solidariedade.

Nas Despesas Gerais apresentamos um ligeiro acréscimo de cerca de 1,7% em relação a 2014.

Na área não Técnica, o Ajustamento dos Recibos por cobrar foi de (- 19.547 €), o que traduziu uma ligeira melhoria na situação de cobrança em 2015.

Consideramos ainda importante realçar o seguinte:

O resultado do Exercício antes de Impostos é positivo em 380.464,16€.

Após impostos o valor é positivo em 330.857,67€ como acima se indica.

Esta diferença é explicada por impostos correntes de 60.198,24€ e impostos diferidos de -10.591,75 €.

O valor relativo ao movimento dos impostos diferidos, com impacto nos resultados, respeita ao aumento do imposto diferido ativo proveniente do acréscimo do valor dos títulos em Imparidade e também da diminuição do imposto diferido passivo proveniente do decréscimo da Reserva de Reavaliação dos imóveis de Rendimento.

Saliente-se que se registou um acréscimo da Situação Líquida no valor de 173.656€ resultante de:

- Ligeiro decréscimo do Capital Social de 5.083.161€ para 5.081.916€ pelo movimento de títulos de capital;
- Decréscimo nas Reservas de Reavaliação de 145.146€ resultante, essencialmente, do movimento dos Ativos Financeiros (Títulos);
- Diminuição na Reserva para Impostos Diferidos resultante do decréscimo dos Passivos por impostos diferidos relativos à reserva de reavaliação de títulos;
- Aumento nas Outras Reservas e nos Resultados Transitados decorrentes de aplicação dos resultados do exercício anterior;
- E do resultado líquido do próprio exercício.

## 2.2. Análise da carteira de prémios: Produção de Seguro Direto

<b>Quadro 4 - Prémios Brutos Emitidos</b>			
<b>Ramos</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Total</b>
<b><i>Carteira Tradicional</i></b>	7 546 412	7 762 026	2,9%
Acidentes de Trabalho	3 797 998	3 940 654	3,8%
Acidentes Pessoais	935 481	955 619	2,2%
Incêndio e Elementos da Natureza	883	951	7,7%
Outros Danos em Coisas-Riscos Múltiplos:	298 183	284 478	-4,6%
Marítimo	2 513 866	2 580 325	2,6%
<b><i>Carteira Desporto</i></b>	-2 730	-4 153	52,2%
Acidentes Pessoais	-2 730	-4 153	52,2%
<b>Total</b>	<b>7 543 682</b>	<b>7 757 873</b>	<b>2,8%</b>

O valor de Produção de Seguro Direto foi de 7.757.873€, o que representou um acréscimo de 2,8% em relação ao ano de 2014.

Este acréscimo de prémios manifestou-se em todos os ramos, com exceção de Multiriscos, destacando-se os Acidentes de Trabalho onde o crescimento foi de 3,8% e o Marítimo onde o aumento foi de 2,6%.

Em Acidentes de Trabalho o acréscimo foi sentido essencialmente na atividade da pesca (+4,1%) apesar da paragem biológica da frota da sardinha ocorrida em 2015. Também nas “Outras atividades” se registou acréscimo (+1,3%).

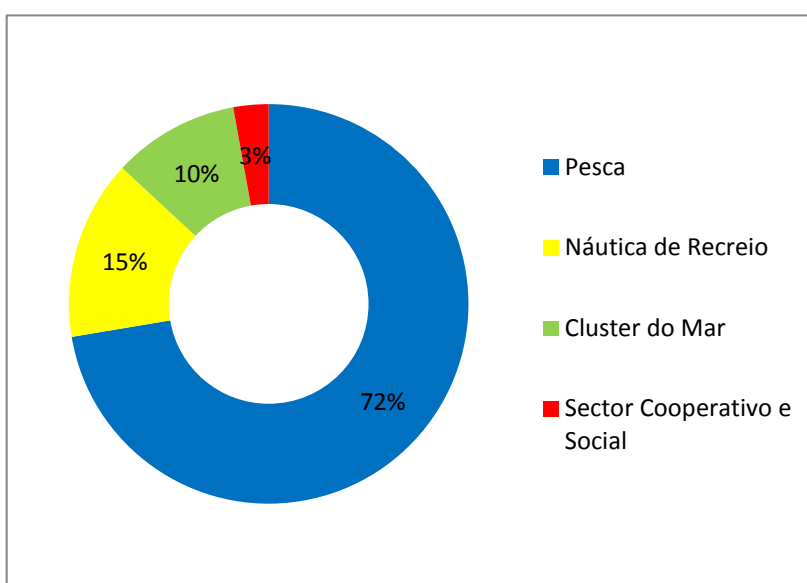
No Ramo Marítimo houve acréscimo na Pesca (+2%) e na Náutica de Recreio (+5,1%) onde se inclui a Marítimo Turística com um aumento de 12,8%.

### Prémios por segmento de negócio e geográfico

<b>Quadro 5 - Prémios por Segmento de Negócio e Geográfico</b>			
<b>Ramos</b>	<b>Portugal</b>	<b>França</b>	<b>Total</b>
<b>Acidentes de Trabalho</b>	3 940 654	0	3 940 654
<b>Acidentes Pessoais</b>	951 465	0	951 465
<b>Marítimo</b>	2 591 296	-10 970	2 580 325
<b>Incêndio e Elementos da Natureza</b>	951	0	951
<b>Outros Danos em Coisas-Riscos Múltiplos</b>	284 478	0	284 478
	<b>7 768 843</b>	<b>-10 970</b>	<b>7 757 873</b>

### Estrutura da Carteira de Prémios

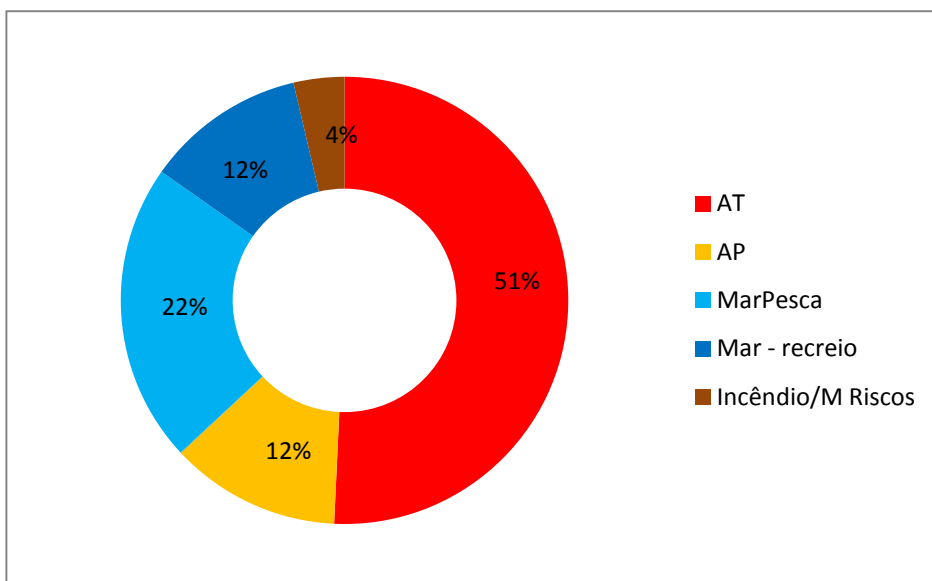
**Gráfico 1 – Produção de 2015 por Vetor Estratégico**



### Estrutura da Carteira de Prémios por Ramo

A carteira em 31 de Dezembro de 2014 distribuía-se de acordo com o gráfico 2:

**Gráfico 2 – Estrutura da Carteira de Prémios - 2015**



Não houve alteração na estrutura da nossa carteira de prémios em relação a 2014.

### 2.3. Análise da Sinistralidade

Em 2015 registámos um acréscimo na taxa de sinistralidade relativamente a 2014, de 76,8% para 90,5%.

Esse acréscimo foi particularmente sentido em Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Marítimo.

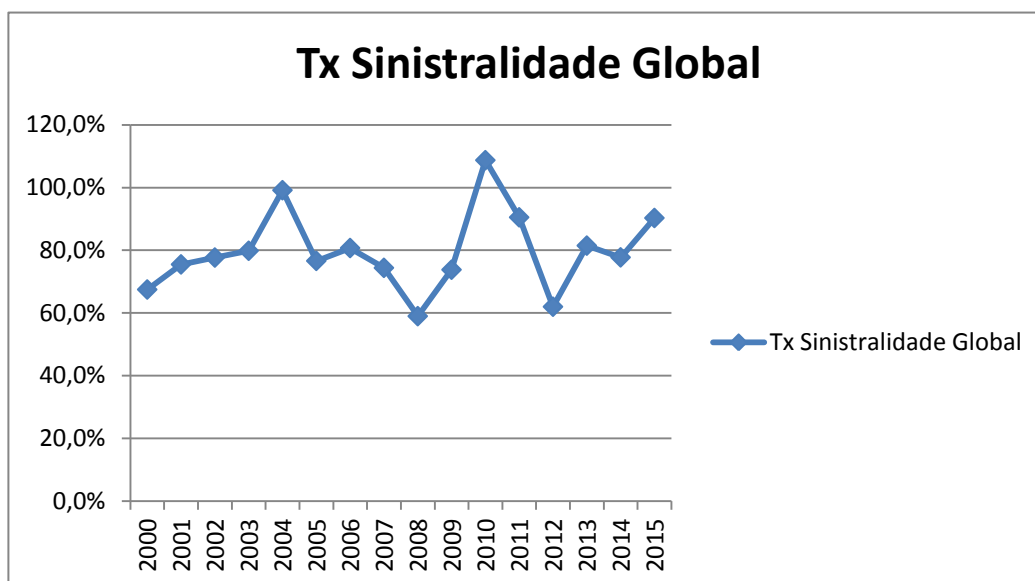
Registámos 6 mortes em Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais e ainda um sinistro de Marítimo – Naufrágio da Embarcação “Olívia Ribau” - que representou em termos de custo, um valor global de 1.541.907 €, para os 3 ramos envolvidos, incluindo reservas matemáticas.

Quadro 6 - Taxas de Sinistralidade Brutas		
Ramos	2014	2015
<b>Carteira Tradicional</b>	<b>77,7%</b>	<b>90,3%</b>
Acidentes de Trabalho	91,7%	102,3%
Acidentes Pessoais	38,9%	52,2%
Incêndio e Elementos da Natureza	60,3%	0,0%
Outros Danos em Coisas-Riscos		
Múltiplos:	67,7%	36,8%
Marítimo	72,3%	92,0%
<b>Carteira Desporto</b>	<b>2610,0%</b>	<b>-235,5%</b>
Acidentes Pessoais	2610,0%	-235,5%
<b>Total</b>	<b>76,8%</b>	<b>90,5%</b>

Taxa de sinistralidade = Custos com sinistros após imputação/Prémios Brutos Emitidos.

Para efeitos de análise expurgamos a modalidade do Desporto Amador em Acidentes Pessoais que se encontra transferida a 100%.

**Gráfico 3 – Evolução da Taxa de Sinistralidade Global**



**Os Custos com Sinistros :**

(valores em euros)

QUADRO 6 - CUSTOS COM SINISTROS												
	AC TRABALHO		AC PESSOAIS		INCENDIO		MULTI - RISCOS		MARITIMO		TOTAL	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
<b>MONT. PAGOS</b>	2 935 172	3 054 152	290 437	175 289	547	0	129 875	121 930	2 016 073	1 215 359	5 372 104	4 566 730
<b>VAR. PROV. SIN.</b>	52 443	341 953	-87 022	229 524	-15	0	3 252	-69 183	-389 304	979 169	-420 645	1 481 463
<b>RESSEGURO</b>	-268 196	-557 464	-38 298	-245 771	-373	0	-100 136	-47 101	-1 083 636	-1 880 857	-1 490 639	-2 731 193
<b>IMP. CUSTOS</b>	493 823	635 429	89 027	103 343	0	0	68 822	51 964	191 868	179 035	843 540	969 771
<b>TOTAL</b>	3 213 243	3 474 071	254 143	262 384	160	0	101 813	57 610	735 000	492 707	4 304 359	4 286 772

**Análise por ramo:**

**2.3.1. Sinistros em Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais**

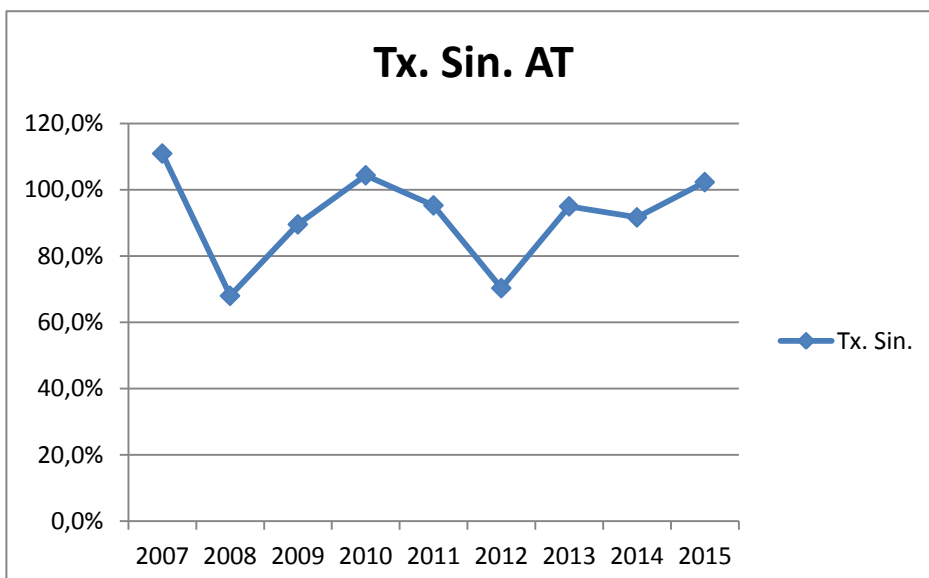
**2.3.1.1. Acidentes de Trabalho**

A sinistralidade em Acidentes de Trabalho revelou-se mais grave do que em 2014. Houve um acréscimo no custo com sinistros (Montantes pagos + Variação da Provisão para Sinistros) em 14%, muito superior ao crescimento verificado nos Prémios Brutos Emitidos de 3,8%, o que deteriorou o rácio.

Manteve-se a redução no número de sinistros abertos que se vem verificando desde 2012 – menos 101 processos em relação a 2014. Abriam-se 1.085 participações de sinistro.

**Gráfico 4 – Taxa de Sinistralidade – Acidentes de Trabalho**





Analisando o quadro 8 - Montantes Pagos em Acidentes de Trabalho discriminados por Natureza - verificamos um acréscimo global nos montantes pagos de 5% em relação a 2014.

<b>QUADRO 8 - ACIDENTES DE TRABALHO - Montantes Pagos</b>		
	2014	2015
Enfermagem e Fisioterapia	84 236	80 443
Consultas, Diagnósticos, Int. Cirúrgicas	516 444	517 941
Medicamentos e Próteses	102 260	83 328
Transportes/Hospedagem	77 061	89 418
Assistência Vitalícia	5 382	16 812
Outras Despesas	53 664	71 352
<b>Sub -Total A</b>	<b>839 048</b>	<b>859 294</b>
Salários	877 632	893 816
Subsídios (Morte e Funeral)	34 350	42 355
<b>Sub -Total B</b>	<b>1 751 030</b>	<b>1 795 465</b>
Pensões e Remiçoes	1 184 143	1 276 697
<b>Total</b>	<b>2 935 172</b>	<b>3 072 162</b>

Nos salários (Indemnizações por incapacidade Temporária) houve um acréscimo de cerca de 2%. Nos subsídios (Morte e Funeral) o acréscimo foi de 23% reflectindo a sinistralidade mais grave.

Nas Despesas, o acréscimo foi de 2% onde se realçam as rubricas “Transportes/Hospedagem”, “Assistência Vitalícia” e Outras Despesas” que registaram aumentos e “Enfermagem e Fisioterapia” e “Medicamentos e Próteses” onde se verificaram decréscimos. O valor das “Consultas, Diagnósticos e Intervenções Cirúrgicas” manteve-se.

Nas Pensões e Remiçoes houve um acréscimo de 8%.

## Sinistros Reembolsáveis

Em 2015 ocorreram 2 sinistros simultaneamente de trabalho e de viação, ambos acidentes “*in itinere*”, com envolvimento de terceiros.

Os sinistros foram já comunicados às congéneres aguardando-se evolução.

Dos dois importantes sinistros ocorridos em 2014 aguarda-se conclusão por parte das congéneres. Responsabilidades já assumidas.

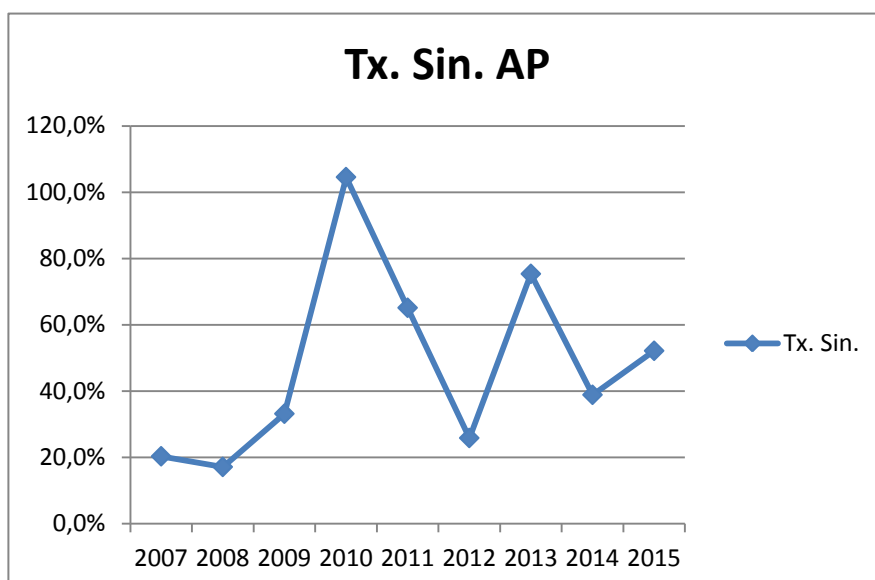
Mantém-se em recuperação parcial o sinistro de viação ocorrido em 2010 com a tripulação da embarcação “Fascínios do Mar”.

### 2.3.1.2. Acidentes Pessoais

A sinistralidade em Acidentes Pessoais, expurgando a modalidade do Desporto Amador, apresentou um acréscimo significativo, reflexo do aumento no número de vítimas mortais.

Com efeito, o acréscimo no custo com sinistros no direto (Montantes pagos + Variação da Provisão para Sinistros) foi de 99% a par de um crescimento de prémios de 2.2%.

**Gráfico 5 – Taxa de sinistralidade – Acidentes Pessoais**



O Quadro 9 resume o número de sinistros e o valor das Provisões respeitantes aos processos de AP abertos em 2014 e 2015.

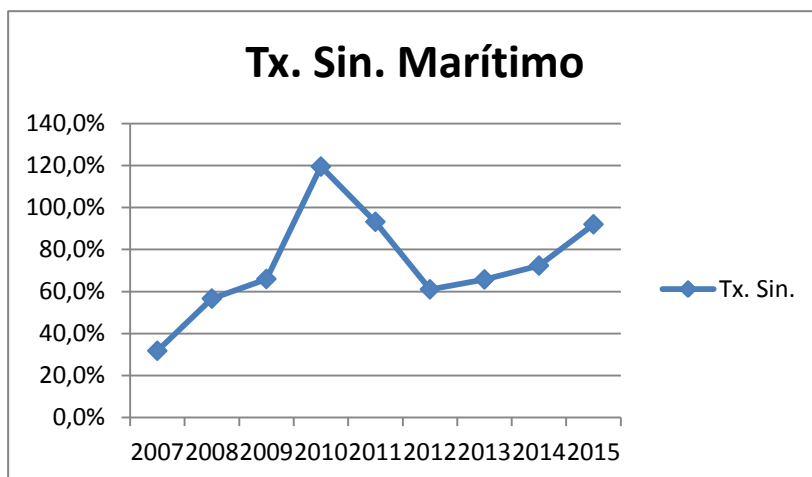
<b>Quadro 8 - SINISTROS ABERTOS EM ACIDENTES PESSOAIS</b>				
<b>Coberturas</b>	<b>2014</b>		<b>2015</b>	
	<b>Nº</b>	<b>Valor</b>	<b>Nº</b>	<b>Valor</b>
Morte	3	150 000	7	350 000
Outras	219	101 318	205	91 441
<b>Modalidade - Desporto</b>				
Morte	0	0	0	0
Outras	0	0	0	0
	<b>222</b>	<b>251 318</b>	<b>212</b>	<b>441 441</b>

### 2.3.2. Sinistros em Marítimo

A sinistralidade no Ramo Marítimo apresentou também um agravamento em relação a 2014.

Houve um agravamento no custo com sinistros no direto de 35%, a par de um crescimento de prémios de 2,6%.

**Gráfico 6 – Taxa de sinistralidade – Marítimo**



Em termos de número de sinistros registámos um acréscimo em Marítimo Pesca (+13 processos) e uma diminuição na Náutica de Recreio (-36 processos).

O Quadro 10 resume o número de sinistros e o valor das Provisões respeitantes aos processos de Marítimo abertos nos anos de 2014 e 2015, seriados por causa/natureza de sinistro.

QUADRO 9- SINISTROS MARÍTIMOS POR NATUREZA				
NATUREZA SINISTRO	DO 2014		2015	
	Nº	VALOR	Nº	VALOR
Perdas Totais	0	0	2	259 680
Incêndio	6	141 945	5	29 202
Colisões	87	326 275	91	340 380
Cabos no helice	62	70 925	76	57 725
Encalhes	5	41 483	6	151 892
Reboques/Gastos de Salvamento	46	20 828	41	49 943
Submersões	15	108 343	12	805 822
Abalroamentos	19	98 878	19	135 826
Furto ou Roubo	22	22 801	15	31 385
Sinistros com Lanchas	1	10 000		
Mau Tempo	34	141 918	19	53 327
Responsabilidade Civil	15	25 730	19	27 303
Estaleiro	0	0	0	0
Avaria de Máquinas	4	29 688	5	19 712
Outras Causas	23	51 697	8	40 205

<b>TOTAL</b>	<b>339</b>	<b>1 090 511</b>	<b>318</b>	<b>2 002 402</b>
Perda Haveres e Perda de Salários	14	19 071	15	16 583

As causas com maior significado foram o Perda Total, Colisão, Encalhe, Submersão e Abaloamento que representaram 85% do valor total de provisões.

### Sinistros Reembolsáveis

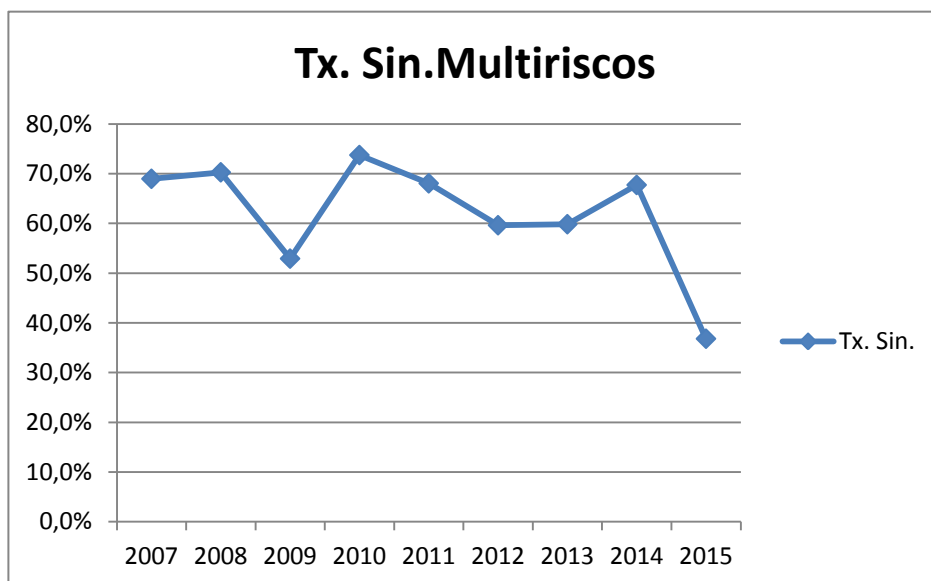
Não houve evolução nos processos de sinistro passíveis de reembolso: 5 processos em tribunal com pedidos de indemnização cível, 1 já com decisão favorável à Mutua ainda em fase de execução e 2 em fase de análise pelos n/ serviços jurídicos.

### 2.3.3 Sinistros em Incêndio e Multirriscos

Os ramos de Incêndio e Multirriscos foram os que registaram um alívio significativo na sinistralidade.

Verificámos no Multirriscos um decréscimo na taxa de sinistralidade relativamente ao ano de 2014 (de 67,7% para 36,8%). A diminuição no custo com sinistros no direto foi de 60%.

**Gráfico 7 – Taxa sinistralidade – Multirriscos**



O número de sinistros diminuiu: - 60 processos relativamente a 2014.

O Quadro 11 resume o número de sinistros e o valor das Provisões respeitantes aos processos de Incêndio e Multirriscos abertos nos anos de 2014 e 2015 seriados por causa/natureza de sinistro.

### QUADRO 10 - SINISTROS DE INCÊNDIO E MULTIRRISCOS POR NATUREZA

NATUREZA DO SINISTRO	2014	2015
----------------------	------	------

	Nº	Valor	Nº	Valor
Aluimentos de terra	0	0	1	2 033
Atos de Terrorismo /Vandalismo	1	576	1	199
Danos por Água	50	64 955	46	71 442
Explosão	0	0		
Furto ou Roubo	16	32 735	9	6 223
Incêndio	2	3 543	4	13 266
Inundações	3	443	1	1 064
Quebra de Vidros	9	3 072	4	162
Raio	1	547		
Riscos Eléctricos	22	9 415	8	5 119
RC extra contratual	4	2 456	6	4 735
Tempestades	33	27 561	9	15 953
Outras causas	10	3 600	2	388
	<b>151</b>	<b>148 903</b>	<b>91</b>	<b>120 582</b>

As causas mais relevantes foram os Danos por Água, Incêndio e Tempestades que em conjunto representaram 83% do valor total das Provisões.

#### 2.4.O Resseguro

O Saldo geral relativo às Contas de Resseguro apresentou-se em 2015 desfavorável aos nossos resseguradores, fruto da sinistralidade grave ocorrida, tocando os contratos proporcionais e de Excesso de Perda em Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Marítimo.

(valores em euros)

<b>QUADRO 11 - CONTAS DE RESSEGURO CEDIDO 2014-2015</b>		
	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Prémios de Resseguro Cedido	-2 806 671	-2 998 389
Var. da Prov. Prémios não Adquiridos	-2 408	23 673
Comissões de Resseguro Cedido	622 642	880 206
Montantes Pagos	2 484 950	1 518 221
Var. da Provisão Sinistros	-994 310	1 212 972
Juros s/Reservas	-18 128	-16 238
<b>Saldo</b>	<b>-713 925</b>	<b>620 445</b>

Em 2015 a alteração mais significativa nos tratados ocorreu em Incêndio e Multiriscos com a passagem do tratado proporcional para um "Quota-Parte Puro", não havendo renovação do contrato de Excesso de Perda – CAT.

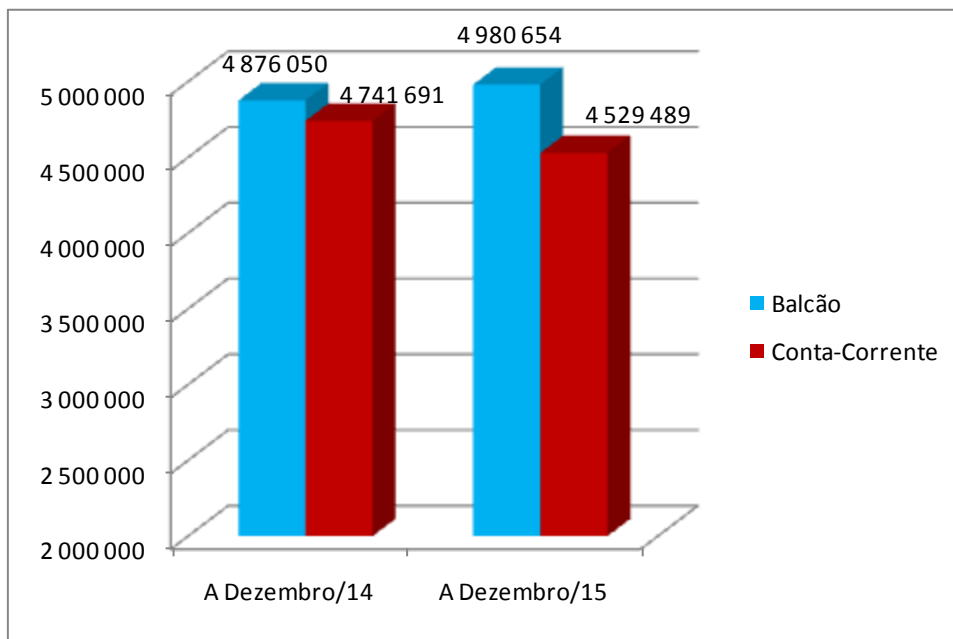
#### 2.5.Cobranças

Em 2015 registámos um ligeiro decréscimo nas cobranças no seu global.

Cobramos cerca de 8.470.180,75 € de Prémios Totais, líquidos de estornos e anulações, o que representou um decréscimo de - 0,24% em relação a 2014.

Procedendo à sua análise por canal de cobrança (Recibos cobrados) e retirando a modalidade de Desporto Amador (balcão Sede) verificamos um acréscimo de cobrança nos balcões de (+2,1%) e um decréscimo no canal Conta Corrente em cerca de (- 4,5%).

**Gráfico 8 – Cobranças por canal**



No Movimento de Lotas registou-se um acréscimo global, em relação a 2014 de 1,65%.

A zona que apresentou um crescimento significativo foi a zona Sul (+27,7%).

As zonas Centro, Algarve e Açores apresentaram decréscimo em relação a 2014 com (-11,2%), (-13,9%) e (-0,18%) respetivamente.

A lota da Madeira encontra-se com dados a Novembro de 2015.

## **2.6. Outros Resultados**

### **2.6.1. Análise dos Custos**

#### Custos por Natureza

O Quadro 12 mostra a repartição dos Custos por Natureza pelas principais rúbricas e a sua comparação com o ano anterior.

(valores em euros)

<b>QUADRO 12 -CUSTOS POR NATUREZA</b>					
<b>Rubrica</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
	<b>3 169 787</b>	<b>2 779 835</b>	<b>2 718 559</b>	<b>2 594 635</b>	<b>2 638 623</b>
		<b>-12,3%</b>	<b>-2,2%</b>	<b>-4,6%</b>	<b>1,7%</b>
<b>Órgãos Sociais</b>	<b>46 026</b>	<b>45 499</b>	<b>28 336</b>	<b>22 748</b>	<b>22 748</b>
		<b>-1,1%</b>	<b>-37,7%</b>	<b>-19,7%</b>	<b>0,0%</b>
<b>Gastos com Pessoal</b>	<b>1 629 289</b>	<b>1 416 047</b>	<b>1 488 454</b>	<b>1 435 166</b>	<b>1 454 856</b>
		<b>-13,1%</b>	<b>5,1%</b>	<b>-3,6%</b>	<b>1,4%</b>
<b>Fornecimento e Serviços Externos</b>	<b>1 126 706</b>	<b>1 049 154</b>	<b>950 586</b>	<b>848 729</b>	<b>832 470</b>
		<b>-6,9%</b>	<b>-9,4%</b>	<b>-10,7%</b>	<b>-1,9%</b>
<b>Impostos e Taxas</b>	<b>156 421</b>	<b>102 222</b>	<b>97 166</b>	<b>138 777</b>	<b>189 205</b>
		<b>-34,6%</b>	<b>-4,9%</b>	<b>42,8%</b>	<b>36,3%</b>
<b>Depreciações e Amortizações do Exercício</b>	<b>124 317</b>	<b>107 126</b>	<b>103 377</b>	<b>106 563</b>	<b>95 855</b>
		<b>-13,8%</b>	<b>-3,5%</b>	<b>3,1%</b>	<b>-10,0%</b>
<b>Juros Suportados</b>	<b>64 369</b>	<b>35 788</b>	<b>25 858</b>	<b>18 129</b>	<b>16 398</b>
		<b>-44,4%</b>	<b>-27,7%</b>	<b>-29,9%</b>	<b>-9,5%</b>
<b>Comissões</b>	<b>22 659</b>	<b>24 000</b>	<b>24 783</b>	<b>24 524</b>	<b>27 092</b>
		<b>5,9%</b>	<b>3,3%</b>	<b>-1,0%</b>	<b>10,5%</b>
<b>Prémios do Seguro Directo</b>	<b>9 870 447</b>	<b>9 181 490</b>	<b>7 924 230</b>	<b>7 543 682</b>	<b>7 757 873</b>
<b>Rácio</b>	<b>30,0%</b>	<b>28,0%</b>	<b>32,3%</b>	<b>32,4%</b>	<b>32,2%</b>

*Custos p/nat-enc.Cobrança/PBE*

Mantivemos em 2015 a nossa política de contenção de custos, apresentando um ligeiro acréscimo nas Despesas Gerais de 1,7% em relação a 2014.

Destacamos:

A rubrica “Gastos com Pessoal”, onde o acréscimo apresentado reflete a política salarial seguida para o ano 2015.

A manutenção do controlo dos custos em “Fornecimento e Serviços Externos” onde se destacam a redução dos gastos com trabalho independente e prestações de serviços.

O aumento na rubrica Impostos e taxas reflete o acréscimo da contribuição para o FAT (do ano e futuro) ligado às Provisões Matemáticas.

Em 2016 iremos manter a nossa política de controlo de custos.

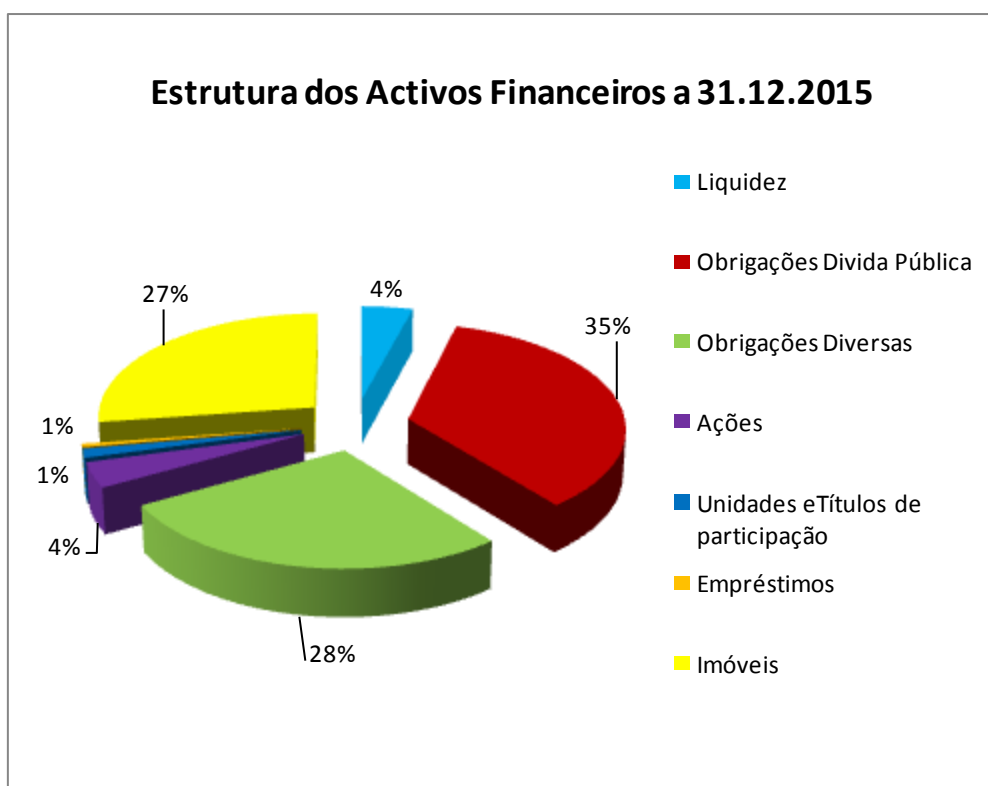
## **2.6.2. Resultados Financeiros**

A política de investimentos manteve-se inalterada de acordo com os normativos internos em vigor.

A nossa carteira de ativos financeiros de 27.872.560€ é essencialmente constituída por Obrigações (de Dívida Pública e *Corporate*) que representam cerca de 63% do valor global e por Imóveis 27%.

Mantemos uma atenção particular à Liquidez (saldos de depósitos à ordem, caixa e depósitos a prazo) que representa 4% do valor total.

**Gráfico 9 - Estrutura de Ativos Financeiros**



Neste enquadramento, temos:

**a) Rendimentos**

Verificou-se um decréscimo nos rendimentos em cerca de 2%. Este decréscimo é reflexo, essencialmente, da redução das taxas de juro nos depósitos.

Quadro 13 - Rendimentos Financeiros		
	2014	2015
Terrenos e Edifícios	197 532	196 500
Empréstimos	984	700
Ações , Obrigações, Tit. e Unid. de Participação	633 639	642 392
Depósitos e Outros	64 522	38 920
<b>Rendimentos</b>	<b>896 677</b>	<b>878 513</b>

**b) Mais e Menos Valias Realizadas e não Realizadas**

Reconhecimento de Imparidade

Não houve alterações na nossa política contabilística em relação ao ano anterior.

Foram registadas em Ganhos e Perdas as imparidades reconhecidas nos nossos ativos.



Esse reconhecimento foi efectuado, de acordo com a IAS 39, quando se verifica “um declínio significativo ou prolongado no seu justo valor” e/ou se existir “prova objetiva de imparidade”.

Os critérios seguidos pela Mútua são descritos em pormenor nas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas.

Registámos como Perdas por Imparidade os seguintes valores:

Relativamente a Ações: 14.474 €.

Relativamente a Obrigações: 0 €.

Temos assim:

<b>Quadro 15 Mais e Menos Valias - Ganhos e Perdas - ANO 2015</b>			
	<b>Títulos</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Total</b>
Mais e Menos Valias Realizadas	0	0	0
Mais e Menos Valias Não Realizadas	0	-23 017	-23 017
Imparidades	-14 474	0	-14 474
	<b>-14 474</b>	<b>-23 017</b>	<b>-37 491</b>

<b>Quadro 16 Mais e Menos Valias - Reserva Reavaliação - ANO 2014</b>			
	<b>Títulos</b>	<b>Imóveis</b>	<b>Total</b>
Mais e Menos Valias Não Realizadas	-208 642	63 497	-145 145
	<b>-208 642</b>	<b>63 497</b>	<b>-145 145</b>

### c) Investimentos

O quadro 17 mostra a carteira global da Mútua valorizada em 31 de Dezembro dos anos em comparação (os valores abaixo indicados incluem juros decorridos).

<b>Quadro 17 - Investimentos</b>			
	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Evolução</b>
Terrenos e Edifícios	7 629 380	7 605 740	-23 640
Empresas Grupo e Associadas	82 635	82 635	0
Ações e Outros Rend. Variáveis	1 328 091	1 378 995	50 903
Obrigações e Outros Rend. Fixo	15 495 471	17 485 776	1 990 304
			0
Empréstimos Hipotecários	152 549	152 549	0
Depósitos a Prazo	2 576 284	1 164 365	-1 411 918
Outros	2 500	2 500	0
<b>Total</b>	<b>27 266 911</b>	<b>27 872 560</b>	<b>605 649</b>

A carteira de Investimentos apresentava a 31.12.2015 o valor de 27.872.560 € (ver Inventário das Participações e Instrumentos Financeiros)

A composição da nossa carteira está de acordo com a “Política de Investimentos” definida com critérios de prudência na seleção dos ativos.

As diferenças encontradas traduzem as alterações na sua composição e respetivas valorizações.

O investimento foi centrado em obrigações de Dívida Pública Estrangeira e *Corporate* de médio e longo prazo.

Face à reclassificação das obrigações efectuada em 2011, respeitantes a obrigações de dívida pública portuguesa e de várias empresas portuguesas, a sua repartição entre “Disponíveis para Venda” e “Detidas até à maturidade” apresenta, em 2014, os seguintes valores:

Obrigações e Outros Rend. Fixo	2015
DPV- Disponíveis para venda	15 429 095
DAM- Detidas até à maturidade	2 056 681

### 2.6.3. Outros Rendimentos Outros Gastos

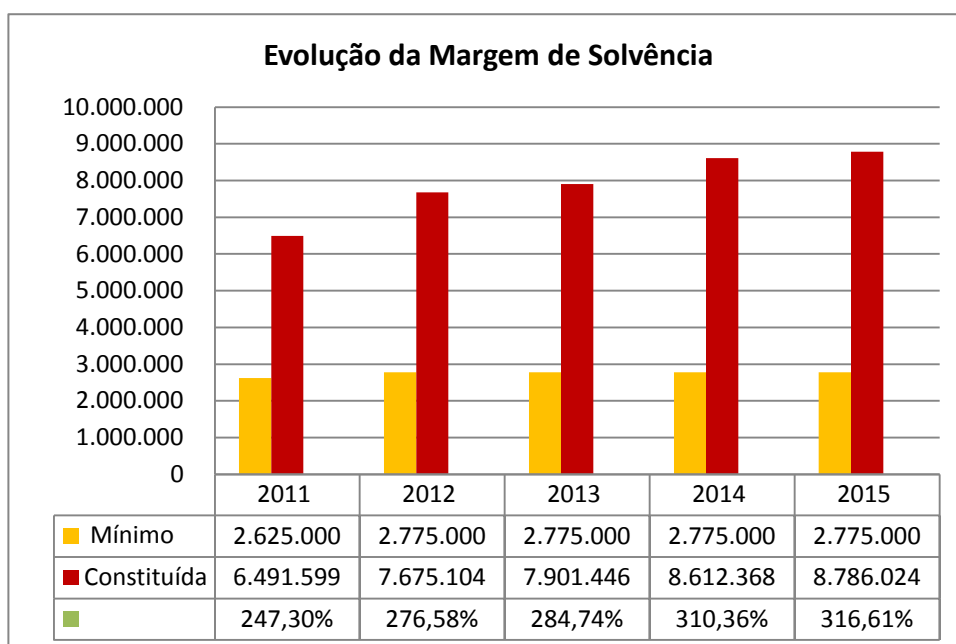
A diferença existente foi positiva em cerca de 195.016,59€.

Esta diferença é explicada essencialmente pelo ajustamento P/ Créditos de cobrança duvidosa e P/ recibos por Cobrar que se revelaram negativos o que traduziram um ganho, bem como por Outros proveitos extraordinários.

### 2.6.4. Solvência

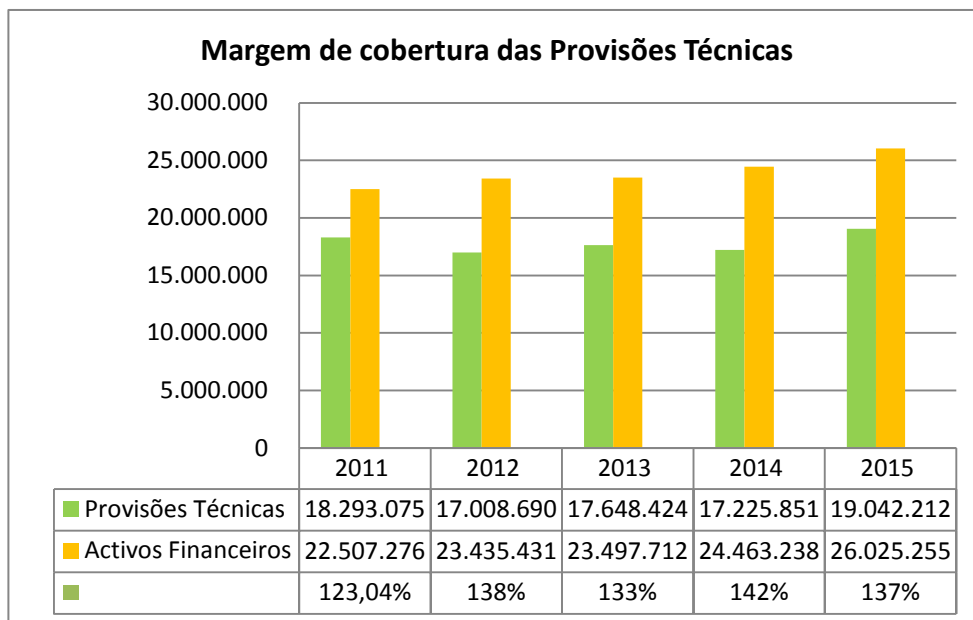
A margem de solvência, calculada de acordo com o normativo em vigor, apresentava em 31 de Dezembro de 2015, uma taxa de cobertura de 316,61%, que compara com uma taxa de 310,36% em 2014, o que revela um reforço do nosso rácio.

**Gráfico 10 - Margem de Solvência**



As Provisões Técnicas atingiram o montante de 19.042.212 € a 31 de Dezembro de 2014 e os ativos representativos apresentaram o valor de 26.025.255 € pelo que o grau de cobertura das provisões técnicas foi de 137%.

**Gráfico 11 - Margem de Cobertura das Provisões Técnicas**



### 3. A Cooperativa

#### 3.1. Iniciativa em destaque

##### IX ENCONTRO DO GRUPO MÚTUA

Na sequência das tradicionais Jornadas, o Grupo Mútua realizou o seu IX Encontro, em 7 de novembro, no Centro Autárquico da Quarteira, subordinado ao tema “O *Desafio do Associativismo na Economia do Mar*”.

Foram oradores o Presidente da Câmara Municipal de Loulé, o Presidente da CASES-Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, bem como dirigentes associativos do setor marítimo no Algarve, da Maralgarve, Olhãopesca, Varzeamar, que muito contribuíram com as suas intervenções para o êxito dos trabalhos. A iniciativa contou com a presença de dirigentes da Mútua, trabalhadores e colaboradores do Grupo, e outros convidados locais.

#### 3.2. Segurança Marítima

A Mútua continuou a participar ativamente nos trabalhos da CPASHM-Comissão Permanente de Acompanhamento para a Segurança dos Homens no Mar, dirigida pela Autoridade Marítima, designadamente no seminário intitulado “Sinistralidade e Segurança Marítima”. Integrou também a Campanha para a Melhoria das Condições de Trabalho na Pesca, dirigida pela ACT-Autoridade para as Condições de Trabalho, tendo nomeadamente dado um importante contributo para o “Guia de Segurança e Saúde no Trabalho no Setor da Pesca”. Simultaneamente, a Mútua integrou a parceria, dirigida pela Autoridade Marítima e ISN-Instituto de Socorros a Náufragos, da Campanha “Mar Seguro”, que consiste em ações de sensibilização na matéria de segurança marítima por toda a costa portuguesa.

Em parceria com a Federação dos Sindicatos da Pesca e a ADAPI – Associação dos Armadores das Pescas Industriais, foi lançado um inquérito sobre as condições em que se encontram os portos de pesca a nível nacional.

Entretanto, foi alterado o Código do Registo Civil, reduzindo substancialmente (de até 10 anos para apenas 60 dias) o prazo para declaração da justificação judicial de óbito em caso de naufrágio, correspondendo a uma antiga reivindicação da classe piscatória, pela qual a Mútua muito se empenhou.

Nos seus órgãos de comunicação, com destaque para a revista “Marés”, a Mútua continuou a dar especial enfoque à questão da segurança marítima.

### **3.3. Projetos**

De forma recorrente, a Mútua é contactada para integrar parcerias ou apoiar projetos relacionados com as atividades marítima e social, nas suas diversas facetas.

Destacamos a participação no V Encontro da Rede BRASPOR, onde esteve a exposição do Projeto CCC, e o convite pela cooperativa italiana Legapesca, para participar na parceria Blue Alliance, que integrava também o CETMAR, nosso parceiro do Projeto Marleanet.

Encerraram-se administrativamente os Projetos Salva-Vidas e Estrela do Mar (co-financiados pelo PROMAR).

### **3.4. Setor Cooperativo e Social**

Um dos enfoques das Jornadas “O Desafio Associativo” e o tema do IX Encontro “*O Desafio do Associativismo na Economia do Mar*” foram momentos altos de reflexão partilhada e de procura de caminhos de desenvolvimento sobre um aspeto crucial da atividade da cooperativa.

A relação estreita, quer com a CASES, quer com as cooperativas de primeiro e de grau superior, quer ainda com outras entidades da economia social, e também a atenção prestada ao novo Código Cooperativo, que a revista “Marés”, a newsletter “info.mutua”, o facebook e o site refletem, evidenciam a importância que dedicamos a esta área.

### **3.5. Parcerias e intercooperação**

Destacamos a participação em 9 dos 12 grupos de ação costeira de “desenvolvimento local de base comunitária (DLBC’s)”, estruturas criadas no âmbito do novo quadro comunitário de fundos europeus Portugal 2020, que vieram substituir os anteriores GAC’s que também integrámos.

A Mútua apoiou o projeto “Cabaz do Peixe”, lançado pela AAPCS-Associação de Armadores da Pesca Artesanal e Local do Centro e Sul, sediada em Sesimbra, que consiste na comercialização de peixe diretamente do pescador para o consumidor, garantindo maior variedade e qualidade e um preço mais justo, para além de colaborar no esforço de uma pesca sustentável e ecológica.

Firmaram-se protocolos com algumas entidades, visando condições comerciais mais favoráveis nos seguros para os seus associados, designadamente com a ANMRVC-Associação Náutica da Marina de Recreio de Viana do Castelo, ASUPP-Associação de Stand Up Paddleboarding de Portugal, AREAT-Associação Regional de Atividades Turísticas dos Açores e AOMA-Associação dos Operadores de Mergulho dos Açores.

Com a Bind’ó Peixe-Associação Cultural da comunidade piscatória das Caxinas, Vila do Conde, fez-se um acordo mais amplo que envolve, desde os seguros para os seus associados até às ações culturais conjuntas incidentes nas realidades e comunidades piscatórias.

Respondemos às solicitações de diversas entidades com projetos de documentários em curso relacionados com o mar: “Histórias de Mar” (ADREPES) “Mar de Histórias” (Programa Bombordo-RTP2), “Mar de Sines” (em parceria com a Câmara Municipal de Sines) e “Mar à Vista (Garden Films).

Continuamos a acompanhar as dinâmicas da Associação das Mulheres da Pesca - Estrela do Mar e da Sociedade Portuguesa de Saúde Marítima, ambas resultantes de projetos promovidos pela Mútua e referidos atrás.

No Dia Aberto nas Empresas, inscrito no projeto “Maior Empregabilidade”, recebemos duas turmas escolares, às quais demos a conhecer a Mútua.

Por outro lado, a Mútua aderiu ao protocolo entre a APS e a ENTRAJUDA que visa canalizar para instituições de solidariedade bens que possam ser reutilizados. Aderimos novamente à campanha do Pirlampo Mágico, promovida pela FENACERCI.

### **3.6. Acompanhamento Social**

Destacamos no âmbito da ação social o acompanhamento dado aos familiares do sinistro grave da embarcação “Olívia Ribau” que vitimou mortalmente 5 dos 7 tripulantes, bem como a campanha de esclarecimento sobre a prática da Mútua do pagamento imediato das indemnizações aos beneficiários.

Para além disso, foi prestado apoio social a dois sinistrados com maior gravidade.

### **3.7. Sistema de Audição de Cooperadores e Beneficiários**

Gerimos 11 reclamações (9 entradas em 2015 e 2 que transitaram do ano anterior).

Por ramos, a sua distribuição foi a seguinte: 3-Acidentes de Trabalho (pesca), 4-Náutica de Recreio, 1-Marítimo-Turística, 3-Multirriscos Condomínio.

Deste conjunto, 2 obtiveram resposta favorável e 9 resposta desfavorável.

### **3.8. Informação e Comunicação**

Foi lançado o novo Site institucional da Mútua, mais intuitivo e amigável, com mais informação e ligações. Para além do site, continuamos a dinamizar a “info-mútua”, o facebook, e lançou-se uma nova publicação digital periódica direcionada para a vida interna da cooperativa “notícias mútuas”. Quanto à revista “Marés”, publicaram-se os três números previstos.

O Grupo de Trabalho da Comunicação reuniu para analisar a estratégia e orçamento de marketing para 2015, tendo aproveitado para reavaliar a composição dos sub-grupos.

O Sub-Grupo da Imagem teve várias sessões de trabalho, destinadas a preparar novos folhetos.

### **3.9. Publicidade**

Na linha das orientações traçadas no Plano de Atividades, foram desenvolvidas cerca de 80 ações publicitárias, de natureza muito diversa, em linha com as orientações estratégicas.

Pela sua expressão, interessa realçar o programa “Histórias de Mar”, o colóquio e Workshops “Artes de Pesca: Cultura e Patrimónios”, no âmbito da exposição sobre a mesma temática, patente no Museu Nacional de Etnologia (na qual os nossos cooperadores participaram em duas visitas guiadas), o Congresso da CPCCRD-Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, o 1º. de Maio da CGTP em Lisboa e a Nauticampo.

Foram distribuídas revistas, documentos e brindes, com destaque para os materiais de fim do ano (calendários e agendas).

### **3.10. Desenvolvimento de Produtos**

À medida da legislação e da evolução da procura, os nossos produtos foram sofrendo os reajustamentos e melhoramentos que se impuseram.

Continuámos a trabalhar no desenvolvimento de dois novos seguros (viagens e multirriscos), ao mesmo tempo que estivemos atentos à situação dos projetados seguros bonificado de aquacultura e obrigatório de fenómenos sísmicos para as construções onde predomine o risco habitacional.

### **3.11. Coro Grupo Mútua**

O Coro continua a sua atividade, tendo sido este um ano marcado pela introdução de novas peças tradicionais portuguesas no “cancioneiro”; tendo atuado 3 vezes, uma a convite do Teatro O Bando, em Palmela, outra a convite da Editora Âncora, na Feira do Livro em Lisboa e uma terceira no IX Encontro da Mútua em Olhão.

## 4. Recursos Humanos

### 4.1 Quadro de Pessoal

O número de trabalhadores a 31 de Dezembro de 2015 manteve-se igual a 2014, de 42 pessoas.

Mantemos uma distribuição equitativa entre elementos do sexo feminino e masculino. (48%/52%).

Em 2015 foi efetuada a avaliação de desempenho dos trabalhadores e chefias, relativamente ao trabalho prestado em 2014, de acordo com o manual relativo ao sistema de avaliação do desempenho existente na Mútua.

### 4.2 Formação

A Mútua dos Pescadores realizou internamente 17 ações de formação (2 de acolhimento, 1 de Noções Gerais de Seguros e 11 de ferramentas de trabalho), que envolveram 75 participações (entre trabalhadores e colaboradores), totalizando 308 h e 25' de formação.

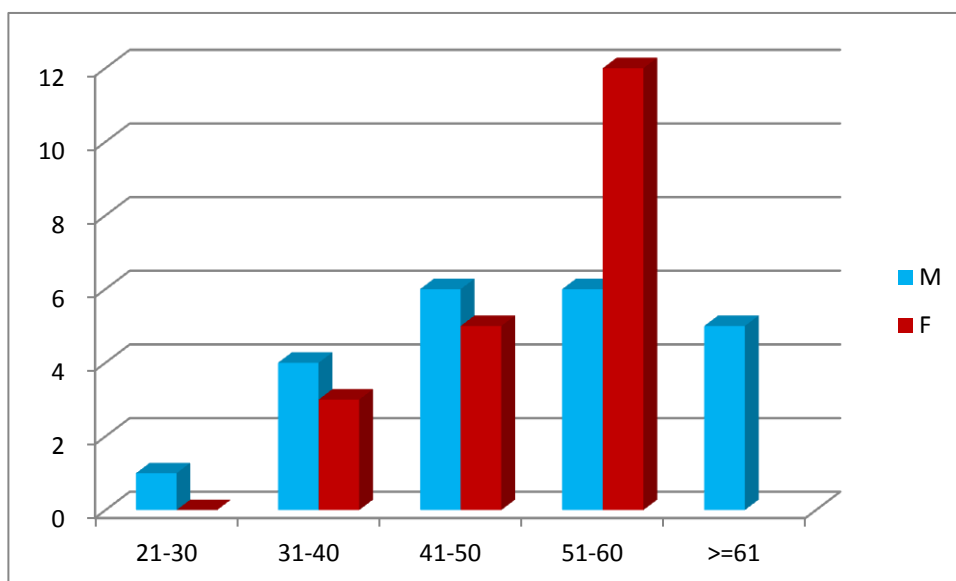
Para além disso, houve 21 participações de trabalhadores em 14 cursos exteriores, totalizando 182 h e 30' de formação.

No conjunto das 28 ações internas e externas houve 96 participações, totalizando 490 h e 25' de formação, envolvendo trabalhadores e colaboradores da Mútua dos Pescadores.

No final de 2015, a Mútua foi notificada para apresentar o pedido de certificação como entidade formadora junto da DGERT (na sequência do processo de Acreditação efetuado em 2011), tendo iniciado a preparação do processo.

### Gráfico 12 – Escalões etários

A antiguidade média dos trabalhadores da Mútua é de 20 anos.



### 4.3 Medicina, Higiene e Segurança no Trabalho

Em 2015 foram realizados, no âmbito da Medicina no Trabalho, 30 *Check Up's* e efetuadas visitas, pelos respectivos técnicos, a todas as Dependências e Sede no âmbito da Higiene e Segurança no Trabalho.

## 5. Acontecimentos a destacar

Nada a referir.

## **6. Acontecimentos subsequentes**

Nada a referir.

## **7. Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização**

A definição da política de remuneração compete à Comissão de Vencimentos.

As remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização não integram qualquer componente variável, quer relativamente aos membros do órgão de administração que exercem funções executivas quer relativamente aos não executivos.

Não existe qualquer sistema de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários.

Não existe avaliação do desempenho dos administradores executivos.

A remuneração dos outros órgãos é estabelecida em senhas de presença/perdas de maré quando se deslocam em serviço da empresa ou às reuniões periódicas dos órgãos que integram.

Todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legais de contas, bem como as demais funções e deveres previstos na lei, estão atribuídos aos revisores oficiais de contas, que recebe uma avença mensal pela sua prestação de serviços.

### **7.1. Política de Remuneração dos colaboradores**

A definição da política de remuneração relativamente aos colaboradores compete ao órgão de administração.

As remunerações aos membros do Comité de Gestão (órgão técnico que funciona junto do Diretor Geral e que assegura a gestão corrente da Mútua, executando as políticas definidas pela Direção), bem como aos Diretores de Serviço, estão em conformidade com as tabelas e clausulado do CCT do setor segurador e tabela interna, também aplicável aos restantes trabalhadores, não estando fixada qualquer política de remuneração variável, ou atribuição de outros benefícios não aplicáveis aos restantes.

Os valores das remunerações auferidas pelos membros dos órgãos sociais e pelos membros do Comité de Gestão encontram-se divulgados no ponto 29 das Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas que fazem parte integrante dos documentos anuais de prestação de contas.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Mariquito, Correia & Associados – SROC, a quem compete proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legais das contas, para além das demais funções e deveres previstos na lei, recebe uma avença mensal pela sua prestação de serviços.

### **7.2. Declaração de cumprimento**

Circular n.º 6/2010 de 1 de Abril da ASF – Recomendações de política de remuneração.

#### **7.2.1. Aprovação da Política de Remuneração**

A Mútua formalizou em documento autónomo a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e colaboradores a que se refere a Norma 5/2010 – R da ASF.

#### **7.2.2. Comissão de Remuneração**

Nos termos dos estatutos e como atrás se refere, a Comissão de Vencimentos é o órgão a quem compete deliberar sobre as remunerações a atribuir aos membros dos órgãos sociais.

### 7.2.3. Remuneração dos membros do Órgão de Administração

- Membros executivos

A remuneração do administrador executivo fixada no início do seu mandato, em abril de 2013, pela Comissão de Vencimentos, teve em conta a natureza das suas responsabilidades e a natureza cooperativa da instituição e está em conformidade com as capacidades económicas e financeiras da mesma.

- Membros não executivos

Estes membros não auferem qualquer remuneração fixa ou variável, apenas sendo recompensados por senhas de presença/perdas de maré quando participam em reuniões ou outros trabalhos pontuais da instituição.

- Indemnizações em caso de destituição

Nada se encontra estabelecido nesta matéria.

### 7.2.4. Remunerações dos colaboradores

Conforme já foi referido as remunerações dos colaboradores a que se refere o n.º 2 do artigo 1º da Norma Regulamentar n.º 5/2010 é fixa e está de acordo com as suas responsabilidades e com a natureza cooperativa da instituição.

### 7.2.5. Avaliação da Política de Remuneração

Não existe neste momento qualquer avaliação da política de remuneração.

É feita anualmente uma avaliação de desempenho individual dos colaboradores que, não tendo um efeito direto na sua remuneração, é um elemento de ponderação na progressão das carreiras profissionais e que contribui para o alinhamento com os objetivos da empresa.

### 7.3. Outras Informações

A Direção tem reunido com uma periodicidade mensal, acompanha a gestão corrente, deliberando sobre os dossiers mais importantes, aprova as políticas e define as orientações estratégicas. As reuniões de Direção ocorrem, normalmente, ao fim de semana, para facilitar a presença dos seus membros, que desenvolvem outras atividades profissionais.

O Comité de Gestão reúne pelo menos duas vezes por mês e garante a gestão corrente.

O Comité de Quadros é o órgão de acompanhamento da execução das políticas, planos de ação e objetivos a nível setorial e regional. Visa permitir a participação de todos os quadros dirigentes dos Serviços ou altamente qualificados na definição das medidas e ações a empreender, seu acompanhamento e a facilitar o alinhamento geral necessário.

Reúne bimestralmente procedendo à avaliação dos resultados das medidas e ações em cada trimestre e sobretudo a uma análise prospetiva.

Em 2015 desenvolveram atividade três grupos de trabalho:

<b>Grupo de Trabalho</b>	<b>Objetivos</b>
Comunicação	Analisa estratégias, meios e medidas de informação e comunicação sobre a Mútua, os setores e comunidades onde centra a sua atenção.
Fomento Cooperativo	Analisa ações para reforçar a participação dos cooperadores na vida da Mútua, assegurando uma maior fidelização à sua cooperativa e para ganhar novos cooperadores e por essa via, novos contratos de seguro, garantia base para a continuidade da cooperativa.



	Analisa as necessidades e possíveis respostas nas várias vertentes da formação, de dirigentes, cooperadores e trabalhadores.
Desenvolvimento estratégico	Analisa a ação da Mútua nos vetores estratégicos que norteiam a sua atividade, inovando e procurando novos produtos e serviços e novas áreas de atuação, tendo em vista um crescimento sustentado da sua atividade.

## 8. Perspetivas para 2016

O Código Cooperativo e a Lei de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora, com o regime de Solvência II, publicados em 2015 colocam novos desafios a que devemos estar atentos e ter capacidade para responder adequadamente.

É também fundamental implementar medidas e estratégias que fomentem uma maior adesão de cooperadores e uma maior participação destes na vida da sua Cooperativa, desenvolvendo ações continuadas junto das comunidades.

Continuar a desenvolver, em conjunto com associações de armadores, sindicatos e organizações de produtores, ações em prol de melhores condições económicas e sociais no setor da pesca.

Prosseguir a formação, para que cada vez mais marítimos dominem as técnicas de prevenção, segurança e primeiros socorros a bordo. A Mútua continuará a dar toda a atenção e prioridade a iniciativas e programas com estes objetivos.

Consolidar a tendência verificada em 2015 de crescimento dos prémios.

De referir ainda, que depois de uma experiência em 2015 de um contrato para acidentes de trabalho, com a duração de 4 meses, com a Câmara Municipal de Olhão, a Mútua ganhou, no âmbito de um consórcio com a companhia de seguros Caravela, o contrato de acidentes de trabalho, para o ano de 2016, com a Câmara Municipal de Sines e ganhou ainda, por ajuste direto, também em acidentes de trabalho, para o ano de 2016, o contrato com a Câmara Municipal de Vila do Conde.

O ano de 2016 corresponde ao último ano do mandato dos atuais membros dos órgãos sociais, pelo que é importante garantir a preparação da próxima Assembleia Geral Eleitoral que decorrerá em março de 2017.

A equipa de dirigentes, trabalhadores e colaboradores da Mútua não se poupará a esforços para continuar a merecer a confiança de todos os cooperadores, dos muitos segurados que devemos conseguir conquistar como cooperadores, reforçando a força económica e social da única cooperativa de seguros portuguesa, desenvolvendo as ações e linhas de trabalho para que o Plano de Atividades e Orçamento para 2016, aprovado pela Assembleia Geral de dezembro de 2015, aponta.

## 9. Aplicação de Resultados

O saldo positivo de 330.857,67€ advém de negócios com cooperadores e com terceiros, não cooperadores.

A distribuição do Resultado após impostos por ambos os grupos é feita pelo apuramento do peso de cada um nos Prémios Brutos Emitidos.

Com este critério os negócios com terceiros correspondem a 52% do total dos Prémios Brutos Emitidos.

Negócios com Terceiros – 172.045,99€

Excedente Relevante – 158.811,68€

A proposta da Direção para aplicação dos resultados é a seguinte:

i) Para Reservas Obrigatórias

20% para Reserva Legal , nos termos do art.º 54º 1-a) dos Estatutos, isto é 31.762,34€;  
1% para Reserva para Educação e Formação Cooperativa e Mutualista isto é 1.588,12€ .  
O excedente não distribuível proveniente de negócios com Terceiros é igual a 172.045,99€.

ii) Para Resultados Transitados:

O remanescente entre as aplicações atrás referidas e o excedente relevante, isto é 125.461,23€;

## 10. Agradecimentos

Sem a confiança dos nossos cooperadores, tomadores de seguros, segurados e pessoas seguras, estes resultados não seriam possíveis e por isso a todos estamos gratos.

Igualmente, estamos reconhecidos pelo apoio que os nossos resseguradores nos deram.

Os reguladores e supervisores, ASF e CASES, para além de merecerem o nosso respeito, merecem o nosso agradecimento pela compreensão e tratamento que nos dedicaram.

Às entidades públicas, e associativas com quem nos relacionamos agradecemos as atenções que nos dispensaram.

Aos fornecedores e demais parceiros com quem pudemos contar nesta jornada estamos gratos.

Aos trabalhadores e colaboradores do Grupo Mútua, grandes responsáveis pelo caminho percorrido, expressamos a nossa amizade e solidariedade.

Lisboa, 20 de fevereiro de 2016

A Direção

José António Bombas Amador – Presidente  
Arsénio Marques Caetano  
Genuíno A. Goulart Madruga  
Jerónimo Gomes Viana  
João Nuno Calado Pimenta Lopes  
João Paulo Quinzico Delgado  
Jorge André Ferreira Timóteo

O Comité de Gestão

Jerónimo Teixeira – Diretor Geral  
Joaquim Simplicio – Diretor Geral Adjunto  
Ana Vicente – Diretora de Desenvolvimento Estratégico  
Sara Domingues – Diretora Financeira e de Resseguro